

## NOTAS SOBRE O TRAJAR DOS PORTUGUESES À REVOLUÇÃO FRANCESA

Durante o século XVIII, a cultura francesa predomina na Europa em virtude da irradiação da língua, do pensamento, das artes e das modas de França (Louis Réau).

Elemento actuante na divulgação, em Portugal, do legado cultural francês foi a colónia gaulesa radicada em Lisboa e, em particular, o núcleo de livreiros franceses disseminados pelas nossas cidades.

De facto, grande número de livrarias estava nas mãos de franceses em maioria oriundos do Delfinado, e apesar da acção da Mesa Censória contra a penetração de livros proibidos, no tempo de Pombal e de Pina Manique houve uma constante infiltração de obras francesas vedadas.

Entre os livreiros que faziam propaganda da literatura do pensamento europeu, podem citar-se: Bertrand, Bounardel, Guibert, Dubens, Colomb, Génieux.

A livraria Roland, por exemplo, publicou, no fim do século, a 'Colecção de Teatro Estrangeiro', que inclui: **O Avaro**, de Molière; **O Jogador**, de Regnard; **O Pai de Família**, de Diderot e a **Alzira**, de Voltaire. As traduções deste eram frequentes. A da **História de Carlos XII** remonta a 1739, **As Sátiras** surgem em 1781, a **Zaira**, em 1785, **Maomé** e **Alzira**, 1785, a **Henriade**, em 1789 e **Brutus** em 1790.

Porém, Brunot observa que a língua francesa era pouco familiar dos portugueses, uma vez que nunca foi tirânica a ponto de colocar o idioma pátrio numa **situação reduzida e inferior**, como sucedeu noutros locais da Europa, designadamente na Rússia. Os grandes nomes da literatura, das artes e da jurisprudência portuguesa usaram o latim ou o português, enquanto em Itália, por exemplo, Gorani, P. Veni e Beccaria adoptaram o francês em obras suas. Também as **Memórias** da Academia de Ciências de Turim, por exemplo, foram, redigidas ou em latim ou em francês, até 1783.

Nos finais do século XVIII, esta última língua era falada por 26 milhões de indivíduos, vivendo colónias francesas de vulto em muitas cidades grandes estrangeiras. O francês era a língua diplomática, a língua dos filósofos e dos sábios e estava, por isso mesmo, muito difundida entre as classes cultas da Europa.

Em Portugal, mau grado as limitações apontadas por Brunot, beneficiou de efectiva penetração, embora as dificuldades opostas à livre expansão das ideias filosóficas tenham comprimido o alargamento do seu campo de influência.

De qualquer modo, a língua viva estrangeira mais conhecida no país

e a mais admirada era o francês. Gosto dos peraltas da época era alardear, por botequins e cafés, as noções adquiridas durante supostas ou reais permanências em França, país do inegalável. Nas conversas, diz-nos Tolentino, o peralta:

“.....  
*Baluciará às vezes  
Fingindo que lhe esqueceram  
Muitos termos portugueses...”*

e, ao mesmo tempo, exprimirá a sua cultura em “elegante” versificações do tipo:

*“Eloquência, Monsieur  
tem alto rango  
É o afare do dia: Os teus elevos  
Belos espiritos, chefes de bom gosto  
Tem dado a linguagem tais nuanças  
Que nunca em golpe de ôlho recamararam  
Os antigos na afrosa obscuridade...”*

Ao lado destes exemplos caricaturais, pode-se citar uma lista de palavras em voga, ou melhor, incluídas no vocabulário corrente. Ei-las: **abandonar, apares, belas letras, belezas de eleguência, bom gosto, cadete, dessert, passagem (extracto de texto), suplantar, resurce**, etc.

Resumindo a situação, Cruz e Silva, afirma, no **Hissope**, pela boca de um dos personagens:

*“... Ao pé de cada esquina hoje, sem pejo  
Se tratão de Monsiur os Portugueses.  
Isto, senhor he mòda, e, como he mòda  
A quizemos seguir; e sobre tudo,  
Mostrar ao mundo, que Francez sabemos.”*

Na realidade, como nota nos interrogatórios inquisitoriais o futuro lente João Manuel de Abreu, o francês, era então um agente de cultura essencial e o seu culto explica os exageros que provocam a reacção dos escritores transcritos.

Mais violentos nas suas críticas mostra-se Filinto Elísio ideologicamente próximo de França e tradutor de várias obras francesas e, bem assim, Correia Garção e o abade de Jazente, todos filhos espirituais da França.

O movimento purista em que estes nomes da nossa literatura avultam tinha como objectivo eliminar da língua portuguesa dos elementos inúteis e demonstrar as potencialidades do idioma pátrio, embora muitas vezes eles

próprios caíam, por oposição, na preferência pelos latinismos e arcaísmos. Filia-se tal reacção no movimento europeu de galofobia, que tem como característica a exaltação das tradições nacionais.

O seu clássico representante, em Espanha, é Feijóo. Procura-se, no terreno linguístico evidenciar o valor dos idiomas autóctones. Senão vejamos a elucidativa reacção de Cruz e Silva quando proclama: **“Como se a bela e fértil, língua nossa / Primogénita filha da Latina / Precisassem de estranhos atavios”**.

E acrescenta:

*“Desta audácia (a invasão do francês)...  
Quem mais sente as temíveis consequências.  
É o nosso português, certa linguagem  
Que em tantas traduções anda envasada”*.

Por todas estas razões, em 1810, a Academia Real das Ciências, em programa da classe de literatura, propõe a elaboração de um “glossário das palavras e frases francesas que por descuido ou ignorância se introduziram na língua portuguesa.

Só que não bastava um catálogo de palavras e frases, pois também pesava nos espíritos a maneira de pensar à francesa, isto em virtude da leitura assídua de livros no idioma parisino e da falta de um bom dicionário português-francês, factos que a Academia também sublinha.

Daí que, constituindo o português setecentista uma “língua literária”, nem por isso o francês deixe de estar bastante difundido e funcione como agente de cultura, da língua e da moda, um pouco por causa dos franceses residentes em Portugal e muito por força de razões de origem histórica e cultural. Mas, no país, como atrás notamos, o português mantém incontestado domínio. Mesmo os escritores amigos da França mostram evidente preferência pelo idioma de origem e atacam, às vezes com violência, a invasão dos galicismos.

Conhecedor destas realidades e desejoso de defender o património lusitano, o Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, revela clara antipatia pelos professores estrangeiros sobretudo franceses, e bem assim pelos livros escritos em francês, língua de **“um povo tão desnaturado, e tão rebelde qual era a França da Convenção”**. As suas orientações tinham pois uma origem mais política que cultural e foi à luz de tal posição que, em Janeiro de 1794 em ofício enviado aos Corregedores das Comarcas do Norte, adverte os magistrados de que **“... se tem espalhado hum grande numero de franceses mascarando-se, para melhor se encobrirem e se não fazerem suspeitar, por alemaes e italianos, e ... deste modo se tem introduzido em algumas cazas das pessoas principaes das mesmas**

terras, huns a título de mestres, e outros de creados...”. Recomenda, portanto, aos juizes de fora a feitura de listas de estrangeiros, com a indicação do motivo porque estão em Portugal e quem lhes serve de fiador.

Ao corregedor da comarca de Torres Vedras diz, por em Lisboa constar, que nessa vila, está um mestre de língua francesa em busca de discípulos e que ele **“não deve consentir estrangeiro algum, que transite, ou se estabeleça nas terras da sua jurisdição sem passaporte ou licença e... muito menos empregar-se alguns dos referidos estrangeiros no ensino e instrução da mocidade sem que tenha para este fim obtido licença da Real Mesa da Comissão Geral...”**. A seu ver, como acenturá em officio ao marquês mordomo-mor, o ensino era um veículo apropriado à difusão do espírito francês. A título de exemplo, cita Pina Manique o caso do dinamarquês Cristiano Schuller, que instruíra as suas discípulas pelos **Contos para rir ou Recreacoens Francesas**, livro perigoso. Pede, portanto, que, no ensino da juventude, não sejam admitidos mestres estrangeiros já que a **“filosofia mal entendida”** tem produzido **“tristes efeitos”**.

Do mesmo modo, o assalariamento de aias e criadas estrangeiras, nomeadamente francesas, preocupava as autoridades, pois as famílias portuguesas encarregavam-nas da educação dos filhos.

Mas atenção maior incidiu sobre as agências e os agentes, supostos ou verdadeiros, da propaganda revolucionária, de que havia notícia em Lisboa. Constava que, em vários países, tinham surgido agências de propaganda, apoiadas pelo ministério das relações exteriores parisiño, cuja actividade estimulava o que espontaneamente ia acontecendo.

Assim, em 1793, fundou-se para Espanha um comité revolucionário a que pertenceram os refugiados José Marchena e Vicent Maria Santivanez, cujo papel foi reduzido, visto que o tratado de paz de 1795, pôs termo à guerra do Rossilhão.

Não possuímos elementos que nos levem a afirmar que em Portugal existiu qualquer organização congénere, a actuar nas vésperas da invasão do país (como na Suécia), ou durante a própria ocupação (como na Itália). De facto, o curso dos movimentos estratégicos do exército francês não incidiu de modo visível sobre Portugal antes de 1807, o que poderá explicar tal facto. Todavia **“à côté de ces agences, certains individus, sans être ni ambassadeurs, ni diplomates ne furent pas moins chargés, officiellement de la propagande révolutionnaire”**. Assim em Paris, no ano de 1791, fundou-se uma associação, o Cercle Social, ligada à dos jacobinos, com a intenção de difundir, nos países europeus e americanos, as novas doutrinas, nomeadamente através da **Constituição Francesa** e da **Declaração dos Direitos do Homem**. Ora, em fins de 1791, o embaixador de Portugal em França, comunicando estes sucessos para Lisboa, informa que o autor

do livro **Les Liaisons Dangereuses**, Pedro de Laclós, e mais três desconhecidos, tinham partido da Rochela rumo a Portugal. Laclós era tão conhecido como entusiasta das novas ideias e, por outro lado, sabia-se que, sob a capa de missões científicas, o **Cercle Social** tinha em mente um plano de propaganda revolucionária envolvendo o Brasil, razão por que deviam ser tomadas todas as preocupações.

Desconhecemos em absoluto até que ponto a matéria destas informações da legação em Paris se concretizou e se, de facto, a acção de tais agentes se sentiu no nosso país.

A verdade, porém, é que na capital de França (informa também o embaixador D. Vicente de Sousa Coutinho) Diogo Borel mandara imprimir 12.000 exemplares da Constituição Francesa de 1791 e igual número de folhinhas do **Pae Gérard**, autor tido por exaltado em doutrinas revolucionárias. Ora, este Diogo Borel chegou a Portugal a bordo do navio **Duas Irmãs**, juntamente com Luís António Martins Calhassen, natural de Sore, Languedoc, o qual dizia vir para secretário da legação francesa, com o objectivo de ocupar o posto de encarregado de negócios, logo que o Conde de Challons fosse destituído do cargo de embaixador. No mesmo barco viajou o parisiense Thomas António Lequens, irmão de outros comerciantes do mesmo nome, todos estabelecidos em Lisboa e de tendências revolucionárias.

Seria Borel um agente especial ao serviço do governo revolucionário?

Eis uma interrogação que surge. Não se afigura provável que, pessoalmente, se decidisse a investir os capitais necessários à impressão de tantos exemplares de um texto considerado subversivo em Portugal. Aventamos, de preferência, a hipótese de que tenha recebido um subsídio governamental ou particular para realizar a tarefa em causa.

Em época anterior, reinava ainda Luís XVI, fora, aliás assinalada em Portugal a presença de um possível emissário francês, o inglês Kerc, acusado pelo Superior dos Barbadinhos franceses de agente da Assembleia Nacional. Abandonou, porém, o território nacional em Março de 1791, acompanhado até à fronteira por uma **mosca** de Pina Manique. Do lado espanhol, em Badajoz, aguardava-o um carro de cavalos, bestas e trem. **“Sinal evidente, para Luz Soriano, de que naquele reino se achavam já estabelecidas correspondências políticas para a propagação das doutrinas revolucionárias”**.

As bucas do Intendente e a vigilância exercida sobre um outro francês, Fontaine, mostraram, de modo evidente, que o mesmo se ocupava de questões políticas e tinha correspondência via Madrid, com alguns membros da Assembleia Nacional francesa. A sua detenção, e conseqüente expulsão, determinou até um protesto do embaixador de França, ainda o Conde de Challons, sob a alegação de sequestro de bens, situação que não se provou.

No ano de 1794, vemos de novo, Pina Manique atento à possível

vinda de agentes de propaganda francesa. Na realidade, por notícias chegadas de França, acabavam de partir, rumo à Europa, cinquenta emissários especiais com o objectivo de espalhar a nova ideologia. Vinham munidos de passaportes chancelados por altas personalidades, uma das quais era o ministro da Rússia, em Turim, que aí colaborara numa intentona revolucionária de feição francesa.

A serem certas as suposições do Intendente, os indivíduos que até agora citámos, teriam sido factores efectivos de propaganda revolucionária, sob a égide de organizações particulares porventura, directa ou indirectamente ligadas ao governo. Ao lado destes encontramos outros que foram agentes involuntários da propaganda de novas ideias e instituições. Trata-se de indivíduos seduzidos pelo ideal francês e que não faziam segredo dos seus estados de espírito e os tornavam públicos. A este número pertenceria talvez um grupo de franceses **“... que andavão, espalhados por esta Corte, sem fim que os obrigasse a vir a ella, entrando pelos cafés, bilhares, a referir os factores da liberdade que havião praticado os franceses para se tirarem da escravidão em que se achavão, sujeitos ao poder de hum homem, que era o rey, que os governava, e os tinha como em escravidão, contando, para abono, o socego e tranquillidade, em que estava a França, as festas de alegria, que o povo de hum e outro sexo tinhão por terem conseguido a sua liberdade...”**. Por todas estas razões, foram expulsos do país. Os seus nomes eram os seguintes: João Sabin, Luiz André Desclays, João Pedro Segri, António Barli, João Baptista Devereste e Miguel Dame.

Desconhecemos o que faziam tais indivíduos em Portugal, mas o Intendente não os julgava enviados especiais, doutra forma tê-lo-ia referido ao marquês mordomo-mor.

A polícia não lograva, porém, o aniquilamento da propaganda. Na casa de pasto e jogo da bola da rua Formosa, locais visitados por inúmeros estrangeiros, sobretudo Franceses, num domingo, de princípios de Agosto de 1794, grande quantidade de pessoas, entoou, em português, cantigas revolucionárias e proferiu liberdades semelhantes às que na França visavam a pessoa real. Propôs-se, até, que no Terreiro do Paço se plantasse a árvore da liberdade, substituindo a estátua de D. José. Ora, se em Lisboa se pensou no caso, em Constantinopla, os jacobinos da cidade executaram esse acto e cantaram o estribilho **ça ira**, à sua volta. As autoridades mostraram preocupação face ao acontecimento, sobretudo, porque na zona da Rua Formosa existia uma fábrica de chapéus. Seria, pois, natural que os artífices frequentassem o jogo da bola e a casa de pasto aí existentes, e se expusessem ao contágio ideológico, porventura, consigo arrastando, uma vez convertidos, os operários de outras fábricas. Era, pois, necessário dar um exemplo repressivo que deveras assustasse os assíduos de tais

reuniões. Uma vez provados os factos atrás relatados, Pina Manique, à guisa de exemplo, encarcerou os donos italianos das casas de pasto.

Que havia contágio ideológico, demonstram-no certos rumores. Anos atrás, sabia-se, franceses e portugueses havia que, em público, concordavam, com o modo de agir da Assembleia Nacional, dizendo que a França livrara os homens da sujeição arbitrária aos príncipes e lhes conferira o gozo da liberdade. Ora, os franceses em causa trabalhavam, na maioria, nas fábricas das sedas do reino. Pina Manique admitia que o seu informador, o embaixador de França, os tinha denunciado para que voltassem à França, onde havia falta de artífices especializados, asserção que não impede que sugira a nomeação de outrem para realizar um rigoroso inquérito.

Mas se sobre estes operários franceses apenas incidia uma suspeita, resultante de uma denúncia, o mesmo não aconteceu em relação com um trabalhador gaulês, da fábrica de caixas, que costumava fazer propaganda das **liberdades que os insendiários franceses infelizmente estão praticando em Paris**. Os propagadores dos novos princípios não pertenciam contudo exclusivamente, ao operariado. Outros indivíduos são acusados de exercerem idênticas actividades, é o caso do cravador de diamantes Luís Madry e do pintor Pedro Nobel, o último dos quais veio a ser expulso do reino por má conduta. Todavia, existiam também negociantes de Lisboa ligados aos ideais revolucionários. Assim, em 1792, no fim do verão, Pina Manique teve conhecimento de reuniões secretas que se efectuavam em casa do cirurgião João Baptista Champeaux (um dos que mais tarde frequentou a residência do enviado da Convenção António Derbault — quando este veio a Lisboa — como veremos) com a presença de negociantes franceses. O resultado natural das reuniões de franceses foi, inclusive, a expulsão de José Dubié — célebre mercador de livros, que no nosso país vendia obras revolucionárias — e de António Manthevon de Curnieu e seus filhos, facto que ulteriormente há-de provocar uma reclamação apresentada pelo ministro da França, General Lanes. Demais foi banido do Reino o mestre de espada Lebrau, que costumava proferir algumas liberdades revolucionárias. Não admira pois, que o viajante Carrère diga que a vida social da colónia francesa em Lisboa sofreu modificações. Sob o peso da perseguição de Manique, diminui por exemplo, o número e a frequência das reuniões.

Ora, se por via da colónia francesa em Portugal chegam, a par dos livros e das artes, alguns sinais da Revolução que aqui mesmo tem os seus adeptos, também de França vinha, com ênfase maior, a partir de Luís XIV, toda a espécie de modas, a acabar nas modas revolucionárias.

Com efeito, já antes de 1789 a sociedade portuguesa deixava transparecer claros vestígios de afrancesamento entre as pessoas de condição, em particular na Corte, como ainda nos postos e nos círculos

onde é maior a influência externa. E o mesmo sucede em matéria de costumes.

Sem embargo, a grande massa da população aqui, a exemplo de Espanha, continua fiel ao gosto tradicional. Falando **“de trajos ordinarios e usuaes”**, o Padre Rebelo da Costa elucida que **“há diferença entre os Cidadãos e os Camponeses”**. Aliás, a observação vem corroborada nas páginas do viajante Carrère, o qual anota em concisa generalização válida para os dois sexos: **“as pessoas de qualidade vestem à francesa”**.

Em tais circunstâncias, abunda, em Portugal, quem arranje o cabelo à parisiense e de França vêm estabelecer-se em Lisboa cozinheiros e alfaiates, peruqueiros e mestres de dança. Um ofício em ascensão é o de cabeleireiro e o cabeleireiro francês da Princesa do Brasil, chamado Pierre Marie, há-de cair sob a alçada da polícia por ser partidário da Revolução.

Grassa, na verdade, o costume de copiar, trajos e gostos da corte de Versalhes, cuja irradiação europeia se acentuara como dissemos, a partir de Luís XIV. Por exemplo, D. João V manda fazer em França os seus fatos e de corte francês era o traje dos escudeiros da Casa Real e de quantos podiam imitar o monarca.

A adesão incondicional às modas estrangeiras, sobretudo gaulesas, e os exageros daí decorrentes não-de também eles provocar forte reacção por parte de intelectuais lusófilos, empenhados em denunciar o ridículo e os inconvenientes da situação.

O poeta satírico Nicolau Tolentino, por exemplo, ora critica os peralvilhos que, em cafés e botequins, contam viagens inventadas umas, reais outras, à França, ora ridiculariza o penteado alto usado pelas damas e inventa o caso duma senhora que trazia um colchão dentro do toucado, o que lhes proporciona ocasião para gabar a superioridade da gente francesa, cujo gosto e maneiras copiavam em detrimento dos usos portugueses.

Com o advento da Revolução francesa alteram-se as atitudes em relação às modas gaulesas. O traje e o padrão de feição revolucionária merece o desprezo dos portugueses tradicionalistas, que se mantêm fiéis aos estilos da corte de Versalhes, mesmo quando já antiquados. A embaixatriz Laura Junot regista que, no princípio do século XIX, foi compelida a usar no Palácio Real português um traje protocolar do tempo de Luís XV, ou seja um vestido fora de moda.

Mas se os tradicionalistas repudiam o trajar, os hábitos e os costumes da Revolução, os que simpatizam com a França constitucional e os prisioneiros da última moda assumem uma atitude contrária: perfilham o vestuário tipo dos revolucionários, usam como adorno símbolos das novas instituições de além Pirinéus.

Tal posição motiva, naturalmente, reacção por parte dos adeptos da

linha do Antigo regime para os quais é ponto de honra irradiar o uso de tudo o que lembre ou signifique a Revolução.

Nesta cruzada, distingue-se uma vez mais o Intendente da Polícia, Pina Manique, visto ser o agente do poder a quem incumbe perseguir todas as formas de comunhão com o processo revolucionário, sejam ou não propostas.

Não só por dever de ofício, mas também por entranhada convicção, Manique espia a actividade dos estrangeiros que vêm a Portugal e dos franceses aqui residentes que olham com simpatia a Revolução, sem poupar à vigilância sacerdotes emigrados e outros refugiados gauleses. Do mesmo passo, flagela a maçonaria e os jacobinos portugueses, vigia o comércio dos livros proibidos no Reino, colabora com a Inquisição e com a censura intelectual.

Relativamente a modas, o severo magistrado defende e preconiza a proibição de tudo o que seja **“adoptar huma lembrança dos mesmos malvados”**, quais são os revolucionários de Paris.

O facto de três franceses concorrerem, em 1791, ao baile das nações com chapéus ostentando o cocar da liberdade determina a proibição do uso de tal adorno.

Posteriormente, foi conhecido, através do escrivão do Porto de Belém, que reaparecera, outra vez, o cocar no **“chapeú de alguns franceses viageiros”**, tal qual fora já denunciado pelo Padre Superior dos Barbadinhos franceses.

Embora de somenos, o evento merece à Polícia toda a atenção. Pina Manique determina uma inquirição policial específica e desde logo solicita instruções ao ministro da tutela, marquês do Lima, a fim de, novamente, extirpar o mal.

Com o andar do tempo, o acinte de Pina Manique contra os portadores de cocares encontrou forte eco entre o povo. O facto ocorreu na sequência da intervenção do exército português na guerra do Rossilhão entre 1793-1795, ao lado da Espanha, contra a Convenção. A marcha dos confrontos bélicos estimulou a animadversão dos povos contra os revolucionários de Paris, combatidos pelo corpo expedicionário português, e deu origem a manifestações da Convenção que a Lisboa veio tentar a manutenção da neutralidade por parte de Portugal.

No contexto da animosidade contra a França, o oficial de um navio francês em reparação em Lisboa passeia-se com o seu cocar à noite. As autoridades convidaram-no a tirar esse símbolo por excelência da liberdade. Como ele reincidiu, temeu-se que o povo o atacasse e para evitar tal situação, foram dadas ordens para apressar as reparações do navio a que pertencia.

A repressão das autoridades exerceu-se, todavia, com ênfase maior

sobre os portugueses que de algum modo comungaram com ideias ou modas, ou trajos de índole revolucionária, ou que lembravam a revolução.

Ainda no tempo da Convenção e da guerra do Rossilhão, aí temos Pina Manique a denunciar a murmuração pública provocada por transgressões dos regulamentos do exército do Reino, em especial protagonizado por um comandante afrancesado, onde era evidente o cunho da França revolucionária. O oficial em questão era o conde de Assumar, herdeiro da casa de Alorna, que há-de morrer durante a campanha da Rússia, ao serviço de Napoleão, chefiando tropas portuguesas integradas nos exércitos imperiais.

Mas então o que acontecia? Ouçamos Pina Manique:

... **“Há também huma murmuração geral em se estar tolerando a transgressão do Regulamento da Tropa nos cocares que uzão alguns Regimentos do Exercito deste Reyno, de se lembrarem disto depois do anno de ontenta e nove, de terem adoptado o cocar dos Franceses, que pozerão em divisa da liberdade, ainda que de diferentes cores, mas tem a denominação de cocares.**

Há outra igual murmuração geral também nas guarnicoes das espadas, que o Conde de Assumar mandou fundir para os Officiaes do seo Regimento, que dizem he sahir de huma Barretina, e de hum cocar, a que chama o Povo o Barrete da liberdade huma setta que vai passar huma cobra, que está enroscada, formando o Povo contra o Conde humas ideas negras, e taes, que Vossa Excelencia pode supor, apuntando mais aos seos discursos o mesmo Povo o novo uniforme, que adopta o Conde de Assumar de mandar fazer as fardas do seo regimento à imitação do fardamento dos Francezes actuaes, e isto he no modo com que são feitas as fardas, alterando o que manda o Regulamento, e o Padrão, que está nos Armazens do Exercito, por onde manda o Regulamento sejam feitos os fardamentos dos diversos Corpos Militares, e estas novidades na prezente Epoca são perigozas, e dão lugar a dicursos”...

Ofício de Pina Manique ao Marquês mordomo-mor de 5 de Novembro de 1794.

Entretanto outras informações alusivas a modas revolucionárias de índole anti-monárquica irrompem nos gabinetes de Lisboa, provenientes do Norte.

Constava em Lisboa que na região se tinham **“... por moda espalhado algumas luvas de homem e mulher, as quaes tem insculpida uma tarja em que se vêem algumas figuras alegóricas do juramento que prestão à Convenção nacional os Franceses, e que igualmente se tem disseminado o uzo de cocares... ainda que tem cores diversas daquelles que trazem os malvados franceses”.**

Significava isto que aos simples cocares se juntavam outros objectos

de uso, ou seja, luvas com gravuras expressivas, atinentes a um dos grandes actos da Revolução republicana, na aurora do **“tempo das antecipações”**.

E o campo de penetração de tais artigos não se confinava ao Porto, cidade marítima com expressiva colónia estrangeira. Segundo as informações policiais, as modas revolucionárias alcançavam já terras do interior, nomeadamente províncias de além Douro.

Para obstar à divulgação dos artigos cuja voga preocupava os tradicionalistas, Pina Manique recomenda ao corregedor do Porto que os proíba, mas não através de cartazes, antes advertindo pessoal e particularmente os portadores das citadas luvas e cocares e mostrando-lhes o perigo a que estavam sujeitos usando-os.

Mas o referido magistrado devia, primeiro e principalmente, averiguar a identidade dos distribuidores e o nome dos que os traziam com **“ciência e premeditação”**. A estes, manda: **“Vossa Senhoria deve prendê-los e dar-lhes exactas buscas não só para apreender-lhes os cocares e luvas; mas tão bem os seus papeis e livros tanto manuscritos como impressos”**.

Por último, pede ao corregedor para estar atento a fim de que **“jacobinos”** não usem processos novos na introdução de alguma sedição, motivo porque se impunha severa vigilância sob o trânsito de viajantes. É que por trás da divulgação de modas revolucionárias, Manique via a mão dos jacobinos.

Não sabemos qual o resultado da aplicação das medidas recomendadas ao corregedor do Porto pelo Intendente da Polícia, sabemos sim que pela mesma surgiram em Lisboa diversos artigos possíveis de manter viva a Revolução na lembrança do povo. De facto, na Alfândega de Lisboa foi apreendido significativo material de propaganda constante de uma caixa onde vinham leques com pinturas e cantigas consideradas sediciosas, de mistura com outras inócuas.

Para Pina Manique, o fito dos autores da encomenda era fazer correr os artigos **“entre o povo grosseiro com algum motivo sinistro”**, daí o preço baixo, ao alcance de bolsas pobres a que seriam vendidos: custavam só um tostão e vinte reis.

A despeito de tantas cautelas e da constante repressão policial, a despeito de, em concreto, estarem impedidos de usar cocares, luvas e leques com gravuras e de dizer poesias de significação revolucionária, os elegantes e modernistas portugueses nem por isso deixavam de simpatizar e de acompanhar a moda europeia originária de França.

Na indumentária, já não são os fardamentos que estão em causa, mas sim o traje francês de feição jacobina.

Com pesar seu o Intendente anuncia que o **“sexo feminino adere à moda indiscreta nos vestidos os quais denominam a jacobina, com**

**que desfiguram os corpos e os cabelos para imitar os malvados de Paris**", e os homens começam a usá-los, abandonando as fivelas nos sapatos e preferindo chapéus redondos com copas altas **"affectando no modo de discorrer e de regular as acções serem desabusados"**. E a jeito de conclusão nota: **"o mais que estas fracas cabeças podem obrar depois destes princípios aqui tudo deixo... à ponderação de Vossa Excelência"**.

Quer dizer, na rota iniciada por pequenos símbolos de comunhão com a Revolução usados por alguns sem intenção especial, ganha terreno o traje e a atitude de natureza jacobina, a que aderem senhoras e cavalheiros da sociedade portuguesa. E não só. Segundo o relato do Dietário do mosteiro beneditino de S. Bento da Saúde de Lisboa, que outros documentos relativos, por exemplo, a Coimbra e Bragança garantem, parte do clero, quer regular, quer secular, vivia em **"relaxação escandalosa"**, **"... trajando aquelles contra a modéstia que pelo seu santo instinto lhes é recomendado... uns e outros usando chenelas com bicos á jacobino e fitas á republicana"**, bem como o cercilho crescido à imitação dos libertinos. Segundo Manique, eram hábitos dignos de reprimenda, hábitos que importava proibir.

Todavia, não obstante os esforços do Intendente geral da polícia conjugado com o galofobismo provocado pelos excessos da Revolução e pelas hostilidades militares no Rossilhão, as pessoas de qualidade, como dizia Carrère, mostravam preferência pela moda francesa, havendo um largo sector fiel ao gosto clássico e outro a pender para a linha jacobina, e isto tanto na Corte e nos burgos litorâneos, como noutros pontos do país, onde civis e eclesiásticos aderiam ao novo estilo.

E entre os artigos considerados revolucionários surgiram, como vimos, alguns ao alcance das bolsas mais débeis, estantes no seio do povo que, regra geral, permaneceria fiel aos seus trajos peculiares sem perder a tradição de a pouco e pouco imitar a moda dos grupos sociais superiores.

Em conclusão, de acordo com o ritmo das transformações históricas, um sector pequeno mas decidido da sociedade portuguesa começa a perfilhar quer intencionalmente, quer por ostentação (snobismo) e elegância a moda francesa revolucionária com escândalo dos tradicionalistas e sob o olhar punitivo e vigilante de Pina Manique. Segundo a caricatura de Oliveira Martins, as suas orientações traduzir-se-iam num ofício enviado para a Madeira, onde mandava ao corregedor: **"Aquele que v. m. vir de sapatinho bicudo e mui brunido, atilhos nos calções, com gravata por cima da barba, colarinho até meia orelha, cabelo rente no toitiço e tufado sob a moleirinha com suíças até aos cantos da boca (o retrato do nosso futuro jacobino de 20) — agarre-me logo dele, tranque-mo na cadeia carregado de ferros, até que haja navio para o Limoeiro: é iluminado**

**ou pedreiro-livre!”** Juntamente com literatos e artistas, o núcleo dos seguidores da moda revolucionária serviu a difusão do espírito francês, testemunho de aparências que exprimem uma mentalidade e uma cultura. Accionou directa ou indirectamente a propaganda revolucionária, porquanto o uso de determinados trajos, sinais e adornos trazia à lembrança os sucessos da revolução e deles dava conta junto dos espíritos progressivos, sem, outrossim, deixar de motivar o azedume dos tradicionalistas. Por isso se diz, que a moda deixa transparecer as contradições do tempo, por isso se afirma que a actualidade política serviu de inspiração aos seus criadores, por isso é bom não esquecer que no tempo da Revolução se pensava que a moda regenerava os homens, devia educar as crianças, não sem privar que, nesse século, os homens testemunhem, através do vestuário e sobretudo dos adornos, as suas opiniões políticas. E quanto mais inútil era o acessório maior era o seu simbolismo. Como hoje.

Lúís A. de Oliveira Ramos  
Universidade do Porto

